



CER por disponibilidade Nº / 21

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA - CER

CER Nº/xx

PRODUTO 2021-DIESEL ou ÓLEO COMBUSTÍVEL

**CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, NA MODALIDADE
DISPONIBILIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA, QUE ENTRE SI
FAZEM A _____ E A CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA – CCEE.**

O VENDEDOR, empresa autorizada para geração de energia elétrica, e o COMPRADOR, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, nomeados e qualificados no QUADRO RESUMO (APÊNDICE I) deste CONTRATO, quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados, nos termos de seus documentos societários e estatutários;

CONSIDERANDO QUE:

1. a Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, em conjunto com as disposições do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, da Resolução CREG nº 4, de 9 de setembro de 2021, e da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, estabelecem as condições para a contratação de ENERGIA DE RESERVA para o Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo os custos associados a tal contratação suportados pelos USUÁRIOS mediante pagamento do Encargo de Energia de Reserva – EER;
2. a contratação de ENERGIA DE RESERVA é realizada mediante certames promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME;
3. a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 2008, possui a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA na qualidade de representante dos USUÁRIOS;
4. o VENDEDOR participou do Procedimento Competitivo Simplificado Nº 01/2021-ANEEL, promovido pela ANEEL, realizado em xx de xxxxxx de 20xx, conforme o Edital do PCS nº 01/2021-ANEEL (“EDITAL”);



CER por disponibilidade Nº / 21

5. nos termos da respectiva Autorização outorgada pelo Poder Concedente, conforme previsto no EDITAL, o VENDEDOR foi autorizado a gerar energia elétrica, mediante a operação da Central Geradora a Diesel ou Óleo Combustível especificada no APÊNDICE I deste CONTRATO;

6. a contratação da ENERGIA DE RESERVA deve observar o disposto na legislação/regulamentação, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis;

As PARTES têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER, doravante denominado “CONTRATO” ou “CER”, o qual se regerá pelas disposições da Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, da Lei nº 10.848, de 2004, do Decreto nº 5.163, de 2004, do Decreto nº 6.353, de 2008, da Resolução Normativa nº 337, de 2008, da Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO E ANEXOS DO CONTRATO

1.1. O CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições que irão regular a contratação de ENERGIA ELÉTRICA proveniente da USINA do VENDEDOR, na condição de ENERGIA DE RESERVA, a partir da DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO, na modalidade DISPONIBILIDADE de ENERGIA, conforme os montantes de ENERGIA CONTRATADA indicados na Cláusula 4ª.

1.2. A contratação de que trata a subcláusula 1.1 destina-se, exclusivamente, ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN, não conferindo cobertura contratual de consumo para os USUÁRIOS.

1.3. São partes integrantes do CONTRATO:

- a) APÊNDICE I – QUADRO RESUMO;
- b) APÊNDICE II - PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO;
- c) APÊNDICE III – DEFINIÇÕES, e
- d) ANEXO I – ATO AUTORIZATIVO, que ficará incorporado ao CONTRATO, como se nele estivesse transcrito.

1.4. Em caso de divergências entre as disposições constantes do CONTRATO e os termos dispostos em seus apêndices e anexo, deverão prevalecer as disposições do CONTRATO.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS



CER por disponibilidade Nº / 21

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada no CONTRATO e nos seus apêndices, os termos e expressões grafados em letra maiúscula, quando utilizados no CONTRATO, terão os significados relacionados no APÊNDICE III – DEFINIÇÕES.

2.2. A utilização das definições constantes do CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos no APÊNDICE III – DEFINIÇÕES.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PERÍODO DE SUPRIMENTO

3.1. A vigência do CONTRATO terá início na data de sua celebração e encerramento no dia 31 de dezembro de 2025, observado o disposto na subcláusula 3.5.

3.2. Independentemente do prazo final da autorização do VENDEDOR, o PERÍODO DE SUPRIMENTO terá início à zero hora do dia 1º de maio de 2022 e término às 24 horas do dia 31 de dezembro de 2025.

3.3. Os VENDEDORES poderão antecipar a entrada em operação comercial de seus empreendimentos de geração, desde que os Sistemas de Transmissão ou de Distribuição estejam disponíveis para operação comercial na data antecipada e que não haja restrições para escoamento da energia.

3.3.1. No caso de antecipação de que trata a subcláusula 3.3, os VENDEDORES farão jus ao recebimento da receita fixa, da RECEITA DE ANTECIPAÇÃO equivalente a 50% (cinquenta por cento) da RFmensal, proporcional à potência em operação comercial, e da parcela variável, sem qualquer majoração.

3.4. Na ocorrência do disposto na subcláusula 3.3, a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO será antecipada sem alteração da data de término do PERÍODO DE SUPRIMENTO.

3.5. Na eventualidade de o prazo final da Autorização do VENDEDOR encerrar-se antes do término do PERÍODO DE SUPRIMENTO, o sucessor da titularidade da respectiva autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no CONTRATO.

3.6. O término do prazo de vigência do CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

CLÁUSULA 4ª – DA ENTREGA DE ENERGIA

4.1. O VENDEDOR é o responsável pela entrega da ENERGIA CONTRATADA, exclusivamente mediante geração de ENERGIA proveniente da USINA, no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA.

4.2. A totalidade da ENERGIA GERADA, proveniente da USINA e entregue pelo VENDEDOR no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde está localizada a USINA será contabilizada e



CER por disponibilidade Nº / 21

liquidada no MERCADO DE CURTO PRAZO, sendo os recursos correspondentes a essa liquidação destinados à Conta de Energia de Reserva – CONER, exceto a geração fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE e/ou do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

4.3. A CCEE deverá contabilizar toda a ENERGIA GERADA no âmbito do CONTRATO, considerando o disposto na subcláusula 4.2.

4.3.1. A verificação de entrega de ENERGIA em montantes inferiores aos da OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, observadas as disposições da Cláusula 6ª, sujeitará o VENDEDOR à penalidade nos termos da Cláusula 9ª.

4.3.2. O montante de ENERGIA não entregue não sujeitará o VENDEDOR à exposição financeira no MERCADO DE CURTO PRAZO.

4.3.3. Caso a data de entrada em operação comercial da USINA seja anterior a 1º de maio de 2022, toda a ENERGIA GERADA, ressalvado o disposto na subcláusula 4.2, será contabilizada no âmbito do CONTRATO, ficando o VENDEDOR impedido de negociar essa ENERGIA em qualquer ambiente de comercialização.

4.4. A ENERGIA CONTRATADA definida no CONTRATO não poderá ser entregue por outra USINA do VENDEDOR, por outro AGENTE da CCEE, nem pelo conjunto dos AGENTES em razão de operação otimizada do SIN.

4.5. Não será considerada, para fins do CONTRATO, a ENERGIA GERADA durante a operação de testes, devendo essa ENERGIA ser tratada conforme REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

4.6. O VENDEDOR que não tenha comercializado no PCS a totalidade da energia associada ao empreendimento ou a totalidade da parcela da ampliação não poderá comercializar o restante da energia elétrica.

4.7. As INDISPONIBILIDADES FORÇADAS e PROGRAMADAS serão apuradas de forma horária pelo ONS e consideradas na contabilização mensalmente no âmbito da CCEE, sob a forma de um banco de horas para falhas forçadas, expresso em MWh, equivalente à aplicação da Taxas Equivalentes de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) declaradas nas horas do ano, multiplicada pela energia contratada, hipóteses nas quais haverá isenção da OBRIGAÇÃO DE ENTREGA.

4.8. Qualquer insuficiência de geração em relação à OBRIGAÇÃO DE ENTREGA caracterizará uma INDISPONIBILIDADE FORÇADA e deverá ser descontada do banco de horas definido na subcláusula 4.7.

4.9. A apuração prevista na subcláusula 4.7 não exime o VENDEDOR do cumprimento da legislação em vigor que verse acerca de indisponibilidade.



CER por disponibilidade Nº / 21

4.10. Em caso de decretação de racionamento de energia elétrica, a quantidade de ENERGIA CONTRATADA não será reduzida.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. É de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações e responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas e encargos de conexão, de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição, e aqueles relativos ao consumo interno e às perdas elétricas devidas e/ou verificadas entre a USINA e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO onde a USINA estiver localizada.

5.2. O VENDEDOR é o responsável pela implantação operação e manutenção da USINA.

5.2.1. As exigências operacionais para a entrega da ENERGIA CONTRATADA deverão ser integralmente atendidas pelo VENDEDOR, conforme as condições e padrões estabelecidos em PROCEDIMENTOS DE REDE e em PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, inclusive aqueles relativos à instalação e funcionamento do Sistema de Medição de Faturamento – SMF.

5.2.2. Em relação à operacionalização da entrega da ENERGIA CONTRATADA ao SIN, o VENDEDOR será responsável pela prática de todos os atos necessários e pela entrega de toda a documentação à CCEE, conforme os prazos e as condições previstos nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO aplicáveis, para fins de apuração da geração, modelagem do ativo de medição e outras finalidades relativas ao processo de contabilização e liquidação financeira referentes ao CONTRATO.

5.3. A CCEE promoverá a cobrança e o recolhimento do EER, bem como a gestão da CONER, com vistas ao pagamento da RECEITA DE VENDA estabelecida na Cláusula 7ª e de eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, nos termos da Cláusula 11ª, e das penalidades apuradas, conforme subcláusula 7.10 e Cláusula 9ª.

5.4. A CCEE sujeitar-se-á a eventuais sanções pelo descumprimento das regras previstas no CONTRATO, bem como na legislação e regulamentação atinentes à gestão dos contratos associados à ENERGIA DE RESERVA e à gestão da CONER.

5.5. As PARTES promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos, conforme as disposições estabelecidas no CONTRATO e na LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.

5.5.1. Na definição dos valores monetários a serem lançados no MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, serão considerados, de forma conjunta, os valores associados:

(i) à RECEITA DE VENDA;

(ii) às penalidades estabelecidas na subcláusula 7.10 e na Cláusula 9ª; e



CER por disponibilidade Nº / 21

(iii) a demais disposições do CONTRATO que envolvam acerto financeiro.

5.6. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, que tenha a parcela da USINA ofertada no Procedimento Competitivo Simplificado de 2021 para Contratação de Reserva de Capacidade como lastro, durante toda a vigência do CONTRATO.

5.7. As PARTES promoverão todos os pagamentos e/ou recebimentos devidos, conforme as disposições estabelecidas no CONTRATO.

5.8. O VENDEDOR se compromete a realizar geração anual mínima de horas ininterruptas, para comprovação da condição operativa da Usina, conforme critérios a serem estabelecidos pela Aneel, a ser coberta pela Conta de Energia de Reserva – CONER.

CLÁUSULA 6ª – DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE ENERGIA PELO VENDEDOR

6.1. Em razão do objeto do CONTRATO, e dadas as características técnicas da USINA, os montantes de ENERGIA a serem entregues pelo VENDEDOR ao longo do PERÍODO DE SUPRIMENTO, referenciados ao CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO da USINA, serão definidos com base:

- (i) nos montantes de ENERGIA CONTRATADA;
- (ii) na POTÊNCIA de cada unidade geradora da USINA, e
- (iii) na POTÊNCIA INSTALADA da USINA.

6.1.1. Os parâmetros descritos na subcláusula 6.1 têm seus valores apresentados no APÊNDICE I do CONTRATO.

6.2. A OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, quando despachada na ordem de mérito determinada pelo ONS, em cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO, será calculada da seguinte forma:

$$OBE = POT \times FC_{max} \times 1 \text{ hora}$$

Onde:

OBE = OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA, expressa em MWh;

POT = POTÊNCIA INSTALADA da USINA, conforme descrito no APÊNDICE I do CONTRATO, expresso em MW;

FC_{máx} = Fator de Capacidade Máxima, conforme valor declarado pelo VENDEDOR para o cálculo da GARANTIA FÍSICA, nos termos do APÊNDICE II do CONTRATO;



CER por disponibilidade Nº / 21

6.3. A entrega de ENERGIA em montante superior à OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA na ordem de mérito, em um PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO, ensejará o pagamento da respectiva PARCELA VARIÁVEL de que trata a subcláusula 7.7.2.

6.4. Nos períodos em que houver restrição de operação imposta pelo ONS, o VENDEDOR estará isento da OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA na proporção da redução demandada pelo Operador.

6.5. O atraso da entrada em operação das instalações de transmissão e/ou distribuição necessárias para o escoamento da energia a ser produzida pela(s) USINA(S), restrições ao escoamento ou a indisponibilidade da conexão, que não estejam sob responsabilidade do VENDEDOR, não eximem o VENDEDOR das obrigações e penalidades estabelecidas no CONTRATO.

CLÁUSULA 7ª – DA RECEITA DE VENDA

7.1. O VENDEDOR fará jus ao recebimento da RECEITA DE VENDA a partir da entrada em operação comercial da USINA, conforme estabelecido nesta Cláusula.

7.2. A RECEITA DE VENDA, calculada mensalmente a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, observada a subcláusula 7.1, será definida com base na RECEITA FIXA e na ENERGIA GERADA e será paga no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, mediante utilização de recursos financeiros advindos exclusivamente da CONER.

7.3. O VENDEDOR terá direito a receber, a partir do início do PERÍODO DE SUPRIMENTO, observada a subcláusula 7.1, em relação a cada mês desse período, uma receita fixa mensal correspondente a:

$$PRF_m = \left(\sum_i^N RFU_m \times EC \times N_Horas_OPC \times \left(\frac{POT_OC_{i,m}}{POT_{Total}} \right) \right) - 0,1 \times \left(\sum_k^N RFU_m \times EC \times N_Horas_SUSP \times \left(\frac{POT_SUSP_{k,m}}{POT_{Total}} \right) \right)$$

Onde:

PRF_m : Parcela da RECEITA FIXA, expressa em R\$, referente ao mês “m”;

RFU_m : RECEITA FIXA UNITÁRIA, em R\$/MWh, da USINA, no mês “m”;

EC_m : ENERGIA CONTRATADA, em MW médio;

$N_Horas_OPC_{i,m}$: número de horas em operação comercial da unidade geradora “i”, no mês “m”;



CER por disponibilidade Nº / 21

$N_{Horas_SUSP_{k,m}}$: número de horas com operação comercial suspensa da unidade geradora “k”, no mês “m”;

$POT_{OC_{i,m}}$ = POTÊNCIA INSTALADA referente à unidade geradora “i” comprometida com o CONTRATO e em operação comercial da USINA, expressa em MW, apurada no mês “m”;

$POT_{SUSP_{k,m}}$ = POTÊNCIA INSTALADA referente à unidade geradora “k” comprometida com o CONTRATO e com operação comercial suspensa da USINA, expressa em MW, apurada no mês “m”;

POT_{Total} = POTÊNCIA INSTALADA referente à completa motorização da USINA, expressa em MW.

7.4. A RECEITA FIXA UNITÁRIA será obtida mediante o emprego da seguinte equação algébrica:

$$RFU = \frac{RF}{8.760 \times EC}$$

Onde:

RFU : RECEITA FIXA UNITÁRIA, expressa em R\$/MWh;

RF : RECEITA FIXA anual, expressa em R\$;

EC : ENERGIA CONTRATADA, em MWmédio.

7.5. O pagamento da RECEITA FIXA se dará na proporção da potência da(s) unidade(s) geradora(s) em operação comercial em relação à potência da USINA.

7.6. Cada componente da RECEITA DE VENDA definida nesta Cláusula será lançada como crédito do VENDEDOR no processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, em conformidade com o disposto na subcláusula 5.5.

7.7. Após a entrada em operação comercial, para todo PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO, o valor da RECEITA DE VENDA será dado pela soma das componentes RECEITA FIXA e PARCELA VARIÁVEL.

7.7.1. A RECEITA FIXA será aplicada independentemente do despacho da USINA.

7.7.2. A PARCELA VARIÁVEL será aplicada somente nos PERÍODOS DE COMERCIALIZAÇÃO em que o ONS despachar a USINA por ordem de mérito, sendo obtida mediante o emprego da seguinte equação algébrica:

$$PV_m = G_m \times CVU_m$$

Onde:



CER por disponibilidade Nº / 21

PV_m : Valor da PARCELA VARIÁVEL no mês “m”;

G_m : Geração Mensal, na ordem de mérito, no “m”, expresso em MWh;

CVU_m : C CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO da USINA no mês “m”, expresso em R\$/MWh, cujo valor está definido na Cláusula 8ª.

7.8. Observados os critérios estabelecidos nesta Cláusula, a RECEITA DE VENDA a que o VENDEDOR faz jus corresponderá a:

$$RV_m = PRF_m + PV_m$$

Onde:

RV_m : RECEITA DE VENDA, expressa em Reais (R\$), apurada no mês “m”;

PRF_m : Parcela da RECEITA FIXA, expressa em R\$, definida na subcláusula 7.3; e

PV_m : PARCELA VARIÁVEL, expressa em R\$, cujo valor aplicado ao mês “m” está definido na subcláusula 7.7.2.

7.9. O VENDEDOR não fará jus ao recebimento da RECEITA DE VENDA nos casos de restrições ao escoamento ou de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das Instalações de Distribuição ou de Transmissão necessárias para o escoamento da energia produzida pelo empreendimento de geração apto a entrar em Operação Comercial.

7.10. O atraso na entrada em operação comercial da USINA, inclusive em razão do disposto na subcláusula 7.9, sujeitará o VENDEDOR à aplicação de penalidade por atraso apurada mensalmente, por unidade geradora em atraso, obtida mediante o emprego da seguinte equação algébrica:

$$PAT_{UG} = 0,5 \times n^o \text{ de dias de atraso} \times 24 \text{ horas} \times RFU_m \times EC \times \left(\frac{Pot_{UGAT}}{Pot_{Total}} \right)$$

Onde:

PAT_{UG} : Penalidade por atraso, expressa em Reais (R\$), de cada unidade geradora;

EC : ENERGIA CONTRATADA, em MWmédio.

POT_{UGAT} = POTÊNCIA INSTALADA referente à unidade geradora em atraso comprometida com o CONTRATO, expressa em MW;

POT_{Total} = POTÊNCIA INSTALADA referente à completa motorização da USINA, expressa em MW.



CER por disponibilidade Nº / 21

7.11. A RECEITA DE ANTECIPAÇÃO de que trata a subcláusula 3.3.1 será obtida mediante o emprego da seguinte equação algébrica, por unidade geradora antecipada, calculada mensalmente:

$$RANT_{UG} = 0,5 \times N_DIAS_ANT \times 24 \text{ horas} \times RFU_m \times EC \times \left(\frac{POT_ANT_{UG}}{POT_{Total}} \right)$$

Onde:

$RANT_{UG}$: RECEITA DE ANTECIPAÇÃO, expressa em Reais (R\$), por cada unidade geradora antecipada;

N_DIAS_ANT : número de dias em operação comercial da unidade geradora UG, anteriormente ao início do PERÍODO DE SUPRIMENTO de que trata a subcláusula 3.2;

POT_ANT_{UG} : POTÊNCIA INSTALADA referente à unidade geradora comprometida com o CONTRATO que tenha antecipado a operação comercial, expressa em MW;

7.12. Além da RECEITA DE ANTECIPAÇÃO de que trata a subcláusula 7.11, durante o período de antecipação o VENDEDOR também fará jus à RECEITA DE VENDA de que trata a subcláusula 7.8, sem nenhum tipo de majoração.

CLÁUSULA 8ª – DOS VALORES DOS PARÂMETROS DA RECEITA DE VENDA

8.1. Para fins de obtenção do valor da RECEITA DE VENDA, as PARTES deverão aplicar a equação algébrica apresentada na subcláusula 7.8, observados os valores dos parâmetros que serão tratados nesta Cláusula:

- (i) RECEITA FIXA – RF; e
- (ii) CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO – CVU.

8.2. O valor inicial da RECEITA FIXA, RF_0 , referenciado ao mês de realização do PCS está indicado no QUADRO RESUMO.

8.3. A RECEITA FIXA será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de agosto, respeitado o prazo mínimo de doze meses contados a partir do primeiro dia do mês de de 20xx, mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:

$$RF = RF_0 \times \left(\frac{I_m}{I_0} \right)$$

Onde:

RF : valor atualizado da RECEITA FIXA, aplicado ao mês “m”;

RF_0 : valor inicial da RECEITA FIXA, conforme estabelecido na subcláusula 8.2;

I_m : número índice do IPCA do mês de.....; e



CER por disponibilidade Nº / 21

I_0 : número índice do IPCA referente ao mês de agosto de 2021, indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

8.4. O CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO – CVU, obtido a partir de parâmetros declarados pelo VENDEDOR no processo de HABILITAÇÃO TÉCNICA e observadas as disposições das Portarias MME nº 042, de 1º de março de 2007, e nº 046, de 09 de março de 2007, será formado pelas seguintes componentes:

- (i) Parcela do CVU vinculada ao custo do combustível – CVU_{Comb} , e
- (ii) Parcela do CVU vinculada aos demais custos variáveis – $CVU_{O\&M}$.

8.4.1. O valor inicial do CVU, CVU_0 , está indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

8.5. O valor inicial das componentes do CVU está indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

8.5.1. O valor inicial da componente do CVU vinculada aos demais custos variáveis, $CVU_{O\&M_0}$, é aquele declarado pelo VENDEDOR no processo de HABILITAÇÃO TÉCNICA.

8.5.2. O valor inicial da componente do CVU vinculada ao custo do combustível, CVU_{Comb_0} , decorre da aplicação da seguinte equação algébrica:

$$CVU_{Comb_0} = CVU_0 - CVU_{O\&M_0}$$

Onde:

CVU_0 : valor inicial do CVU, expresso em R\$/MWh, conforme disposto na Subcláusula 8.4.1; e

$CVU_{O\&M_0}$: valor inicial da componente do CVU vinculada aos demais custos variáveis, expresso em R\$/MWh, conforme disposto na subcláusula 8.5.

8.6. A componente do CVU vinculada ao custo do combustível, CVU_{Comb} , será obtida mensalmente, a partir do mês de entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da USINA, mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:

$$CVU_{Comb_m} = i \times P_v \times e_v$$

Onde:

CVU_{Comb_m} : componente do CVU vinculada ao custo do combustível, expresso em R\$/MWh, aplicado ao mês “m” que ocorrer o despacho da USINA por ordem de mérito de preço;



CER por disponibilidade Nº / 21

i : fator de conversão informado pelo VENDEDOR no processo de HABILITAÇÃO TÉCNICA, constante do QUADRO RESUMO;

P_p : Preço Médio de Referência do combustível utilizado na geração, conforme especificado na subcláusula 8.6.1 a 8.6.3, conforme o caso; e

e_p : Taxa de Câmbio Média da venda do dólar dos Estados Unidos da América, divulgada pelo BACEN, expressa em R\$/US\$, correspondente ao mês “m-1”;

8.6.1. O Preço Médio de Referência P_v de empreendimento de geração termelétrico a óleo diesel será definido pela média mensal dos valores de fechamento, nos dias úteis de cada mês “m-1”, da cotação do preço do óleo diesel equivalente no mercado internacional – US Gulf (No. 2 USG Waterbone Platts Mid);

8.6.2. O Preço Médio de Referência P_v de empreendimento de geração termelétrico a óleo combustível do tipo Alto Teor de Enxofre - ATE, o P_v será dado pela média mensal dos valores de fechamento, nos dias úteis de cada mês “m-1”, da cotação do preço do óleo combustível equivalente no mercado internacional – US Gulf (No. 6 3.0% USG Waterborne Platts Mi);

8.6.3. O Preço Médio de Referência P_v de empreendimento de geração termelétrico a óleo combustível do tipo Baixo Teor de Enxofre - BTE, o P_v será dado pela média mensal dos valores de fechamento, nos dias úteis de cada mês “m-1”, da cotação do preço do óleo combustível equivalente no mercado internacional – US Gulf (No. 6 1.0% USG Waterborne Platts Mid).

8.7. A componente do CVU vinculada aos demais custos variáveis, $CVU_{O\&M}$, será reajustada anualmente pelo IPCA, tendo como referência o mês de agosto de 2021, respeitado o prazo mínimo de doze meses tendo como referência o mês de de, indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0), mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:

$$CVU_{O\&M_m} = CVU_{O\&M_0} \times \left(\frac{I_m}{I_0} \right)$$

Onde:

$CVU_{O\&M_m}$: valor atualizado da componente do CVU vinculada aos demais custos variáveis, expresso em R\$/MWh, aplicado ao mês “m”;

$CVU_{O\&M_0}$: valor inicial da componente do CVU vinculada aos demais custos variáveis, expresso em R\$/MWh, conforme estabelecido na subcláusula 8.5;

I_m : número índice do IPCA do mês de; e,



CER por disponibilidade Nº / 21

I_0 : número índice do IPCA referente ao mês de agosto de 2021 indicado no QUADRO RESUMO (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-114/2021-r0).

8.8. Para promover os cálculos estabelecidos nesta Cláusula, deverão ser adotadas seis casas decimais, desprezando-se os demais algarismos a partir da sétima casa, inclusive.

8.8.1. Os valores finais, expressos em Reais, deverão ser submetidos a arredondamento na segunda casa decimal.

8.9. Caso o IPCA não seja publicado até o momento do pagamento ao VENDEDOR, será utilizado o último índice publicado, devendo o ajuste ser efetuado no primeiro pagamento após a publicação do índice que deveria ter sido utilizado.

8.10. Caso venha a ocorrer a extinção de algum dos índices de reajuste dos combustíveis estabelecidos nesta Cláusula, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme determinação do Poder Concedente.

8.11. As PARTES reconhecem que a RECEITA DE VENDA, em conjunto com os respectivos critérios de reajuste e de pagamento previstos no CONTRATO, são suficientes para o cumprimento integral das obrigações previstas no presente instrumento.

8.11.1. A USINA que faz jus ao recebimento de sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, terá deduzido de sua RECEITA FIXA o valor que vier a ser percebido sob esse título, conforme regulamentado, autorizado e homologado pela ANEEL.

8.12. Caso sejam criados, após a data de assinatura do CONTRATO, novos TRIBUTOS, encargos setoriais ou contribuições parafiscais e outros encargos legais, ou modificada a base de cálculo, as alíquotas e/ou regime de arrecadação dos atuais, de forma a aumentar ou diminuir o ônus das PARTES, com repercussão no equilíbrio contratual, a RECEITA DE VENDA poderá ser adequada, de modo a refletir tais alterações, para mais ou para menos, e entrará em vigor após homologação pela ANEEL.

CLÁUSULA 9ª – DA PENALIDADE ASSOCIADA À GERAÇÃO ABAIXO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA

9.1 O montante horário de ENERGIA associado à OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA não entregue pelo VENDEDOR, quando a USINA for despachada por ordem de mérito, sujeitará o VENDEDOR a penalidade.

9.2 A penalidade de que trata a subcláusula 9.1 terá periodicidade mensal, a partir do mês de entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da USINA, e será realizado por meio de ressarcimento promovido pelo VENDEDOR em favor da CCEE, cujo valor será obtido mediante a aplicação da seguinte equação algébrica:



CER por disponibilidade Nº / 21

$$PEN_m = \sum_h^{mês} 1,15 \times \max [0; OBE_h - EG_h] \times RFU_m$$

Onde:

PEN_m : valor da penalidade pelo montante de energia não entregue, expresso em Reais, referente ao mês “m”;

EG_h : montante entregue de ENERGIA em cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO no mês “m”, expresso em MWh;

OBE_h : OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA na ordem de mérito de cada PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO no mês “m”, expresso em MWh;

RFU_m : RECEITA FIXA UNITÁRIA, em R\$/MWh, da USINA.

9.3 Durante o período de antecipação de que trata a subcláusula 7.11, a penalidade de que trata a subcláusula 9.2 será majorada de 50% (cinquenta por cento).

9.4 A penalidade de que trata esta Cláusula não será apurada para as unidades geradoras em atraso.

9.5 Os valores monetários associados à penalidade de que trata esta Cláusula serão lançados como débito do VENDEDOR no processo de pagamento, conforme disposto na subcláusula 10.1.

CLÁUSULA 10ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento mensal devido ao VENDEDOR, que inclui a RECEITA FIXA e a RECEITA VARIÁVEL, observado o disposto na subcláusula 5.5.1, será efetuado no âmbito da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, nos termos da regulamentação específica.

10.2. A realização da liquidação financeira mencionada na subcláusula 10.1 ocorrerá em data definida em PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO específico, respeitadas as previsões contratuais.

10.3. O valor mensal referente ao crédito do VENDEDOR conferido pela RECEITA DE VENDA deverá considerar eventuais acréscimos monetários resultantes de mora, conforme disciplina constante da Cláusula 11ª.

10.4. O pagamento mensal devido ao VENDEDOR será realizado exclusivamente com recursos financeiros da CONER.



CER por disponibilidade Nº / 21

10.5. Os pagamentos devidos ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, inclusive de eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos.

10.6. Caso os valores monetários associados às penalidades de que tratam a Cláusula 9ª e a subcláusula 7.10, acrescidos de demais valores devidos pelo VENDEDOR nos termos do CONTRATO, sejam superiores às componentes da RECEITA DE VENDA, em cada processo de LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, o VENDEDOR assumirá posição devedora na referida liquidação.

10.6.1. Caso o valor monetário pago pelo VENDEDOR, após a realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, seja inferior ao valor mensal referente ao débito do VENDEDOR constante do MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, incidirão os mesmos encargos moratórios previstos na Cláusula 11ª.

CLÁUSULA 11 – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

11.1. Fica caracterizada a mora quando o valor monetário obtido pelo VENDEDOR, após a realização da LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA, considerados os recursos financeiros disponíveis na CONER, for inferior ao valor mensal referente ao crédito do VENDEDOR constante do MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA.

11.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela não recebida ou que deixou de ser paga pelo VENDEDOR, os seguintes acréscimos:

- a) multa de 2% (dois por cento); e
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

11.3. Os acréscimos previstos na subcláusula 11.2 incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente atualizadas pela variação *pro rata die* do índice previsto na subcláusula 8.3, relativo ao mês anterior, observado o disposto na subcláusula 8.10, e serão incluídos no MAPA DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA do mês subsequente.

11.4. Se, no período de mora, a correção monetária for negativa, a variação prevista na subcláusula 11.3 será considerada nula.

CLÁUSULA 12ª – DA RESOLUÇÃO

12.1. Este CONTRATO poderá ser objeto de resolução na ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses:



CER por disponibilidade Nº / 21

- I. decretação da falência, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial do VENDEDOR, mediante aviso ou notificação com antecedência de dez dias;
 - II. revogação de qualquer autorização ou licença legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas no CONTRATO, inclusive, mas não se limitando, à concessão de serviço público, permissão ou autorização e revogação de garantia física;
 - III. atraso superior a 90 (noventa) dias para entrada em operação comercial;
 - IV. desligamento do VENDEDOR da CCEE, nos termos das normas de regência;
 - V. atraso superior a trinta dias no adimplemento da obrigação de reconstituição dos valores originalmente aportados de garantia de participação e de fiel cumprimento da USINA;
 - VI. aquela estabelecida na subcláusula 15.1.1.
 - VII. durante o período definido na subcláusula 6.2, não apresente geração durante 60 (sessenta) dias consecutivos.
- 12.2. Este CONTRATO será resolvido, a critério da PARTE adimplente, em caso de descumprimento de qualquer obrigação contratual pela outra PARTE.
- 12.2.1. Na ocorrência da hipótese prevista na subcláusula 12.2, a PARTE adimplente deverá enviar notificação por escrito à outra PARTE.
 - 12.2.2. Caso não sanada a situação de inadimplemento contratual, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da notificação de que trata a subcláusula 12.2.1, a PARTE adimplente considerará resolvido o CONTRATO, após a manifestação da ANEEL.
- 12.3. Estabelecida a resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos do CONTRATO, observado o disposto na Cláusula 13ª, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal resolução, além da penalidade por atraso de que trata a subcláusula 7.10.
- 12.4. A resolução do CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data do distrato e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a resolução ou que dela decorra.
- 12.5. Caso a resolução do CONTRATO seja motivada por qualquer das hipóteses previstas nos itens III e IV da Subcláusula 12.1, o VENDEDOR não fará jus ao recebimento dos recursos financeiros de que trata a Subcláusula 7.3.

CLÁUSULA 13ª – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO



CER por disponibilidade Nº / 21

13.1. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à resolução do CONTRATO por incorrer em alguma das hipóteses tratadas na Cláusula 12ª, ficará obrigada a pagar à outra PARTE, sem prejuízo de perdas e danos, penalidade de multa por resolução, calculada de acordo com a equação algébrica descrita:

$$Multa = \min(RF ; RFU_m \times EC \times N_Horas_REM)$$

onde:

RF: RECEITA FIXA, em R\$/ano, na data de resolução, nos termos da Cláusula 8ª;

RFU_m: RECEITA FIXA UNITÁRIA, em R\$/MWh, da USINA, no mês “m”;

EC : ENERGIA CONTRATADA;

N_Horas_REM: Número de horas remanescente a partir da resolução do contrato.

13.2. A PARTE inadimplente deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que ocorrer a resolução, efetuar o pagamento do valor estipulado na subcláusula 13.1, acrescido de juros à taxa estipulada no item (ii) da subcláusula 11.2, calculados entre a data de cálculo da multa e a data do efetivo pagamento.

13.3. Caso haja controvérsia com relação ao pagamento da penalidade de multa por resolução prevista na subcláusula 13.1, a questão deverá ser submetida ao processo de solução de controvérsia, na forma da Cláusula 14ª, no que aplicável.

13.4. A responsabilidade de cada uma das PARTES no âmbito do CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa.

13.5. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, as PARTES sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto no CONTRATO.

CLÁUSULA 14 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

14.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma PARTE à outra.

14.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas do CONTRATO, as PARTES buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

CLÁUSULA 15ª – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR



CER por disponibilidade Nº / 21

15.1. Caso o VENDEDOR não possa cumprir qualquer de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, o CONTRATO permanecerá em vigor, mas o VENDEDOR não responderá pelas consequências do não cumprimento das obrigações dele decorrente, ficando a CCEE isenta das obrigações previstas na Cláusula 7ª, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

15.1.1. Caso o evento de caso fortuito ou força maior afete o VENDEDOR no cumprimento da totalidade de suas obrigações por toda a vigência contratual remanescente, se resolve o CONTRATO.

15.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá o VENDEDOR de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações de entrega da ENERGIA CONTRATADA e o pagamento de eventuais penalidades.

15.3. O VENDEDOR, ao invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a CCEE e a ANEEL da ocorrência de evento que possa vir a ser caracterizado como de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a 5 (cinco) dias contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. informar regularmente à ANEEL e à CCEE a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- III. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- IV. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível;
- V. prontamente comunicar à CCEE e à ANEEL do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências; e
- VI. solicitar decisão da ANEEL quanto à caracterização da ocorrência do evento como de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA 16ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 3ª, ressalvadas as disposições contidas na Cláusula 12ª.



CER por disponibilidade Nº / 21

16.2. Todas as atividades, operações e processos previstos no CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável à matéria, em regulamentação da ANEEL, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, nos PROCEDIMENTOS DE REDE e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, não havendo oponibilidade de ato jurídico perfeito ou direito adquirido às determinações regulamentares.

16.3. O presente CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas PARTES, ou outro meio constante em PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, observado o disposto na Lei nº 10.848, de 2004, na Lei nº 11.488, de 2007, no Decreto nº 5.163, de 2004, no Decreto nº 6.353, de 2008, e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.4. Ficam autorizadas cessões de direitos e/ou obrigações decorrentes do CONTRATO nos casos de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária, etc.) do VENDEDOR, com anuência prévia da CCEE e celebração de Termo Aditivo previamente aprovado pela ANEEL, respeitadas as condições pactuadas no presente CONTRATO, notadamente o(s) PREÇO(S) DE VENDA.

16.5. No caso da mudança de titularidade da autorização do VENDEDOR, observado o disposto no Inciso II da subcláusula 16.8, e respeitadas as condições pactuadas no CONTRATO, fica prévia e expressamente assegurada a sub-rogação dos direitos e obrigações decorrentes do CONTRATO, com anuência prévia da CCEE.

16.6. O VENDEDOR poderá ceder os direitos creditórios decorrentes do CONTRATO em garantia de contratos de financiamentos relacionados à USINA, com anuência prévia da CCEE.

16.7. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das PARTES, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido no CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia desse(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

16.8. Sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO, as PARTES obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito à outorga de autorização, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as PARTES obrigam-se a adotar alternativa contratual que preserve os efeitos econômicos e financeiros do CONTRATO em conformidade com o



CER por disponibilidade Nº / 21

originalmente pactuado, a menos que ocorra revogação de garantia física da USINA, caso em que será observado o disposto em 12.2; e

- III. informar a outra PARTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas no CONTRATO.

16.9. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma PARTE a outra a respeito do CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e deverá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes legais e representantes operacionais, a saber:

Se para o VENDEDOR:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

Se para a CCEE:

A/C:

Tel.:

Fax.:

E-mail:

16.10. Na hipótese de qualquer das disposições previstas no CONTRATO vir a ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as PARTES se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

16.11. Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo, na forma do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

16.12. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

16.13. Observado o disposto na Cláusula 14, fica eleito o Foro da Comarca da CCEE, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas PARTES, bem



CER por disponibilidade Nº / 21

como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento.

_____, _____, de _____ de _____.
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

CCEE:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:



CER por disponibilidade Nº / 21

APÊNDICE I

QUADRO RESUMO

CER Nº/21

PRODUTO 2022 / 2025 (DIESEL ou ÓLEO COMBUSTÍVEL)

1. PARTES contratantes:

1.1 VENDEDOR:(NOME E QUALIFICAÇÃO)

1.2 CCEE:..... (NOME E QUALIFICAÇÃO)

2. Dados do PCS:

2.1. Procedimento Competitivo Simplificado (“PCS”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em de de, conforme o Edital do PCS nº x/2021-ANEEL (“EDITAL”), nos termos das Leis nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e nº 11.943, de 28 de maio de 2009, dos Decretos nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nº 6.210, de 18 de setembro de 2007, e na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021, e demais disposições aplicáveis.

3. Dados do(s) ATO(S) AUTORIZATIVO(S):

(i) Usina Termelétrica (UTE), localizada em, com POTÊNCIA INSTALADA de MW (USINA), ATO AUTORIZATIVO nº (“USINA A”); e

(ii) Usina Termelétrica (UTE), localizada em, com POTÊNCIA INSTALADA de MW (USINA), ATO AUTORIZATIVO nº (“USINA N”); e

denominadas em conjunto de USINAS

4. MONTANTES CONTRATADOS



CER por disponibilidade Nº / 21

Tabela 01 – ENERGIA CONTRATADA

ANO DE SUPRIMENTO	ENERGIA CONTRATADA (MW médios)
2022 a 2025	

5. DA RECEITA DE VENDA

5.1. O valor inicial da RECEITA FIXA, RF_0 , referenciado ao mês de de, é de R\$ (.....). *(mês de realização do PCS)*

5.2. O valor inicial das componentes da RECEITA FIXA, referenciado ao mês de de, é: *(conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-..../.....)*

5.3. O valor inicial do CVU, $CVU_{0,,}$, referenciado ao mês de de *(conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-..../.....)* é de R\$ (.....).

5.4. O valor inicial das componentes do CVU, referenciado ao mês de de *(conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-..../.....)*, é de:

(i) CVU_{Comb_0} : R\$ (.....) / MWh; e

(ii) $CVU_{O\&M_0}$: R\$ (.....) / MWh.

5.5. Meses de referência:

5.5.1. Mês de realização do PCS: de

5.5.2. Mês de referência para obtenção do Preço Médio de Referência inicial do combustível, P_0 - cotação de energéticos referente aos 12 meses anteriores ao mês de *(conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-..../.....)*;



CER por disponibilidade Nº / 21

5.5.3. Mês de referência para reajuste inicial da componente do CVU vinculada ao custo do combustível, $CVU_{O\&M}$: de (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-...../.....);

5.5.4. Mês de referência para o número índice do IPCA (I_0): de (conforme Informe Técnico EPE-DEE-IT-...../.....).

6. REPRESENTANTES OPERACIONAIS:

6.1. Se para o VENDEDOR:

A/C:
Tel.:
Fax.:
E-mail:

6.2. Se para o CCEE:

A/C:
Tel.:
Fax:
E-mail:

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento.

_____, _____, de _____ de _____.
(Cidade) (Dia) (Mês) (Ano)

VENDEDOR:

Nome: _____

Nome: _____



CER por disponibilidade Nº / 21

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

CCEE:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

Nome:

Cargo:

RG:

CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



CER por disponibilidade Nº / 21

APÊNDICE II –

PARÂMETROS DA CONTRATAÇÃO

REFERÊNCIAS TÉCNICAS E COMERCIAIS

1. Nome da USINA:
2. Localidade:
3. SUBMERCADO:
4. Combustível: (diesel ou óleo combustível)
5. POTÊNCIA INSTALADA da USINA: MW
 - a) POTÊNCIA da unidade geradora 01: MW
 - b) POTÊNCIA da unidade geradora 02: MW
 - ...
 - n) POTÊNCIA da unidade geradora n: MW
6. Data prevista para a entrada em operação comercial das unidades geradoras:
 - a) Unidade geradora 01:/...../.....
 - b) Unidade geradora 02:/...../.....
 - ...
 - n) Unidade geradora n:/...../.....
7. INDISPONIBILIDADE PROGRAMADA: %
8. Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada: %
9. Fator de Capacidade Máxima:%
10. GARANTIA FÍSICA da USINA:..... MW_{médios} (Portaria nº , de/...../.....)
11. Número de LOTES negociados no PCS:.....
12. Fator de conversão i : (unidade do fator)
13. ICB:R\$/ MWh
14. Taxa de Câmbio Média da venda do dólar dos Estados Unidos da América correspondente ao mês de de 201X (conforme Informe Técnico xxxxxxxx) (e_0): R\$ X,XXXX/US\$



CER por disponibilidade Nº / 21

15. Preço Médio de Referência inicial do combustível utilizado na geração (PM₀):

☐ x,XXX US\$/MBTU – subcláusula 8.6.1

☐ XXX,XXX US\$/bbl – subcláusula 8.6.1

☐ XXX,XXX US\$/TM – subcláusula 8.6.1

☐ a

☐ b

☐ c

☐ d

☐ e



CER por disponibilidade Nº / 21

APÊNDICE III

DEFINIÇÕES

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de ENERGIA ELÉTRICA e consumidores integrantes da CCEE;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, autarquia sob regime especial instituída pela Lei nº 9.427, de 1996, modificada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela regulação, controle e fiscalização dos serviços e instalações de ENERGIA ELÉTRICA;

ATO AUTORIZATIVO: é o ato de outorga de autorização para geração de ENERGIA ELÉTRICA emitido pelo Poder Concedente, individualizado para cada USINA.

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir no CONTRATO ou nas atividades das PARTES;

BANCO LIQUIDANTE: instituição financeira contratada pela CCEE para proceder à LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo de solução de conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir conflitos por meio de arbitragem, nos termos da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e do Estatuto da CCEE;

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, possuindo a atribuição de celebrar os contratos associados à ENERGIA DE RESERVA, nos termos do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, com redação dada pelo Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008;

COMITÊ DE MONITORAMENTO DO SETOR ELÉTRICO – CMSE: criado pelo Decreto 5.175, de 9 de agosto de 2004, constituído no âmbito do Ministério de Minas e Energia e sob sua coordenação direta, com participação da ANEEL, EPE, ANP, CCEE e ONS, com a função precípua de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde está localizada a USINA e será efetuada a entrega simbólica da respectiva ENERGIA CONTRATADA;

CONTA DE ENERGIA DE RESERVA – CONER: conta corrente específica administrada pela CCEE para realização de operações associadas à contratação e uso de ENERGIA DE RESERVA;



CER por disponibilidade Nº / 21

CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA – CER: o presente contrato celebrado entre o VENDEDOR e a CCEE;

CONVENÇÃO ARBITRAL: instrumento firmado pelos AGENTES DA CCEE e pela CCEE, por meio do qual estes se comprometem a submeter os conflitos à CÂMARA DE ARBITRAGEM, aprovado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 531, de 7 de agosto de 2007;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO – CVU: valor, expresso em R\$/MWh, que engloba todos os custos operacionais da USINA;

DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO: data de início do período de entrega da energia contratada, nos termos da subcláusula 3.2;

DIRETRIZES: definidas conforme estabelecido na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021;

ENCARGO DE ENERGIA DE RESERVA – EER: encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de ENERGIA DE RESERVA, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre USUÁRIOS no SIN, nos termos da Lei nº 10.848, de 2004, e do Decreto nº 6.353, de 2008;

ENERGIA DE RESERVA: ENERGIA destinada ao aumento da segurança no fornecimento de ENERGIA ao SIN;

EDITAL: documento aprovado pela ANEEL, que disciplina o processo licitatório;

ENERGIA ELÉTRICA ou ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em MWh;

ENERGIA CONTRATADA: é o montante de ENERGIA comercializado no PCS, expresso em MW médios, relativo à cada USINA, e objeto do CER;

ENERGIA GERADA: ENERGIA produzida pela USINA, referenciada ao CENTRO DE GRAVIDADE;

EPE: Empresa de Pesquisa Energética, criada por meio do Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras;

GARANTIA FÍSICA: é o montante, expresso em MW médios, correspondente à quantidade máxima de ENERGIA relativa à cada USINA que poderá ser utilizada para comprovação de atendimento de



CER por disponibilidade Nº / 21

carga ou comercialização por meio de contratos, estabelecido na forma constante da Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016;

HABILITAÇÃO TÉCNICA: registro, cadastramento e habilitação técnica da USINA junto à EPE, nos termos das DIRETRIZES;

INDISPONIBILIDADE PROGRAMADA: percentual do tempo durante o qual as unidades geradoras irão permanecer fora de serviço para manutenção programada;

INDISPONIBILIDADE FORÇADA: Situação na qual as unidades geradoras permanecerem fora de serviço para manutenção forçada conforme informado pelo ONS de forma horária;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: processo de pagamento e recebimento de valores apurados como débitos e créditos, respectivamente, associados à contratação de ENERGIA DE RESERVA, que inclui o recolhimento do EER, a movimentação de recursos da CONER e o pagamento dos valores devidos aos agentes vendedores de ENERGIA DE RESERVA;

LOTE: montante de ENERGIA igual a 0,1 MW_{méd}, que representa a menor parcela negociada no PCS;

MAPA DA LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE ENERGIA DE RESERVA: documento eletrônico emitido pela Superintendência da CCEE que informa todos os valores a serem movimentados pelo BANCO LIQUIDANTE, individualizando os débitos e créditos relativos ao VENDEDOR e aos USUÁRIOS;

MERCADO DE CURTO PRAZO – MCP: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de ENERGIA contratados e registrados pelos AGENTES DA CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos AGENTES DA CCEE;

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as PARTES acerca de controvérsias que versem sobre as disposições do CONTRATO e/ou a elas relacionadas;

OBRIGAÇÃO DE ENTREGA HORÁRIA: montante de ENERGIA a ser entregue pelo VENDEDOR no âmbito do CONTRATO, estabelecido na subcláusula 6.2;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e da transmissão de ENERGIA ELÉTRICA do SIN;

PARCELA VARIÁVEL: parcela da RECEITA DE VENDA destinada ao pagamento dos custos variáveis incorridos pelo VENDEDOR na geração de ENERGIA da USINA;



CER por disponibilidade Nº / 21

PCS: Procedimento Competitivo Simplificado, destinado a contratar ENERGIA DE RESERVA de novos empreendimentos de geração de energia elétrica;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de ENERGIA ELÉTRICA;

PERÍODO DE SUPRIMENTO: corresponde ao intervalo de tempo entre a DATA DE INÍCIO DO SUPRIMENTO e 31 de dezembro de 2025;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças, com valores máximo e mínimo definidos periodicamente pela ANEEL, levando em conta os custos variáveis de operação dos empreendimentos termelétricos disponíveis para o despacho centralizado, na forma do art. 57 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

POTÊNCIA INSTALADA: somatório das potências elétricas ativas nominais das unidades geradoras da USINA, comprometidas com este CONTRATO, nos termos do respectivo ATO AUTORIZATIVO, conforme ANEXO I do CONTRATO, expressa em MW;

PREÇO DE VENDA: preço associado ao lance vencedor submetido pelo VENDEDOR no PCS;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de ENERGIA ELÉTRICA no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que normatizam e padronizam as atividades técnicas relacionadas ao funcionamento e desempenho dos sistemas de distribuição de energia elétrica;

PROCEDIMENTOS DE REDE: documentos elaborados pelo ONS com a participação dos AGENTES e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos AGENTES;

RECEITA DE ANTECIPAÇÃO: receita adicional a que faz jus o VENDEDOR caso alguma unidade geradora da USINA entre em operação comercial antes de 1º de maio de 2022;

RECEITA DE VENDA: valor de remuneração correspondente ao somatório da RECEITA FIXA e da RECEITA VARIÁVEL;

RECEITA FIXA: valor de remuneração anual da USINA apresentado pelo VENDEDOR no PCS, expresso em reais por ano;

RECEITA FIXA UNITÁRIA - RFU: Valor em R\$/MWh, equivalente à razão entre a RECEITA FIXA anual e a quantidade de ENERGIA CONTRATADA no respectivo ano, expresso em reais por megawatt-hora;



CER por disponibilidade Nº / 21

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO ou REGRAS: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de ENERGIA ELÉTRICA no âmbito da CCEE;

SISTEMA DE MEDIÇÃO DE FATURAMENTO ou SMF: conjunto de equipamentos necessários para a medição de grandezas elétricas e conjunto de medidores, transformadores de potencial e de corrente e equipamentos associados necessários para medir energia ativa e reativa, potência ativa e reativa, tensão e outras grandezas elétricas, conforme especificação técnica definida;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de ENERGIA ELÉTRICA das regiões do país interligadas eletricamente;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual é estabelecido PLD específico e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de ENERGIA ELÉTRICA no SIN;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto do CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das PARTES. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

USINA: instalação industrial destinada à produção de ENERGIA ELÉTRICA, proveniente de fonte térmica a diesel ou óleo combustível;

USUÁRIO DE ENERGIA DE RESERVA (“USUÁRIO”): agente de distribuição, consumidor livre, consumidor especial, autoprodutor na parcela da ENERGIA adquirida, agente de geração com perfil de consumo ou agente de exportação que seja AGENTE DA CCEE;

VENDEDOR: titular de autorização de geração de ENERGIA definido no preâmbulo do CONTRATO.